



Publicação
de Divulgação
Científica

chc

Ciência Hoje das Crianças



E S P E C I A L

Personalidades negras da nossa história



Esta edição tem um recorte especial. Aqui você vai conhecer algumas personalidades que marcaram a história do Brasil e nem sempre são lembradas. São mulheres e homens que se destacaram por serem artistas incríveis, por lutarem por direitos sociais ou por serem bons políticos, advogados, professores... O espaço na história foi conquistado mesmo tendo que enfrentar uma grande ferida, ainda aberta, em nossa sociedade, o racismo. Na época em que muitas dessas pessoas viveram não existiam leis que os resguardassem desse crime. Mesmo assim, eles seguiram firmes, cantando, escrevendo, atuando, ensinando...

Abdias Nascimento: político, professor e artista



Abdias Nascimento na tribuna da Câmara dos Deputados durante convenção nacional do PDT, em 1982.

Foto Acervo Abdias Nascimento/Ipeafro

Abdias Nascimento foi múltiplo. Isso quer dizer que ele exerceu muitos papéis ao longo da vida. Foi ator, diretor, dramaturgo, professor, político e artista-plástico, mas a sua luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra era o que unia todos esses papéis.

Abdias nasceu em Franca, São Paulo, em 1914. Seus avós tinham sido escravos, seu pai era sapateiro e sua mãe, doceira. Desde muito novo, começou a trabalhar e estudar. Com muita dificuldade, conseguiu concluir o Ensino Médio e se formou contador, em 1928.

Em 1929, após alistar-se no Exército, Abdias saiu de Franca e foi para São Paulo, onde começou a participar da Frente Negra Brasileira, considerada uma das primeiras organizações do movimento negro no país. Em 1938, quando se formou em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro (que mais tarde seria a Universidade Federal do Rio de Janeiro), ele começou se dedicar à defesa dos direitos dos negros no Brasil.

Arte contra o racismo

Depois de formado, Abdias foi preso por protestar contra o governo do presidente Getúlio Vargas. Na penitenciária do Carandiru, em São Paulo, onde permaneceu por dois anos, ele criou, em 1943, o Teatro do Sentenciado, uma companhia teatral formada por prisioneiros, que elaborava e representava seus próprios espetáculos na prisão. Logo em seguida, em 1944, indignado com o racismo e a ausência de artistas negros no Rio de Janeiro, ele criou o Teatro Experimental do Negro (TEN). Era a primeira companhia de teatro do país formada apenas por atores e atrizes negros, cuja proposta era a valorização dos negros e de sua cultura.



Teatro Experimental do Negro ensaiando *Sortilégio* com Abdias Nascimento e Léa Garcia.

Foto Acervo Abdias Nascimento/Ipeafro

À frente da direção do TEN, Abdias organizou a Convenção Nacional do Negro, que aconteceu em São Paulo, em 1945, e no Rio de Janeiro, em 1946. Esse encontro tinha como objetivo chamar a atenção para o racismo presente em nossa sociedade e fazer pressão para que a nova constituição brasileira (conjunto de leis que garantem os direitos de todos os cidadãos), que estava sendo elaborada pelo governo, transformasse o racismo em crime.

Fora do Brasil

Em 1964, com a ditadura militar – forma de governo que chegou ao poder não pelo voto democrático da população, mas por uma ação conhecida como golpe

de Estado –, Abdias começou a sofrer perseguição em razão de suas lutas políticas. Em 1968, estava se sentindo ameaçado pelo novo governo e decidiu se mudar para os Estados Unidos. Era o fim do TEN e da sua atuação como diretor e ator. No entanto, no exílio, ele iniciou sua carreira como professor universitário e artista plástico, criando obras com a temática da cultura negra, da resistência à escravidão e contra o racismo. Muitos dos seus quadros foram exibidos em importantes galerias de arte dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, participou de encontros internacionais como representante do movimento negro do Brasil. Era a voz de um brasileiro, que falava de questões muito importantes, ecoando pelo mundo.



Pinturas de Abdias Nascimento.

Reprodução

Na política

Após retornar ao Brasil, em 1981, Abdias criou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros e decidiu entrar para a política. Ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleito para os cargos de deputado federal e senador, atuando na defesa dos direitos humanos e

civis dos negros no Brasil. Foi o primeiro parlamentar a propor leis de políticas afirmativas, isto é, medidas que buscassem diminuir a desigualdade e a exclusão social, como a criação de cotas de vagas para mulheres e homens negros em concursos públicos – de cada 100 vagas, 20 delas deveriam ser destinadas a pessoas negras.

Abdias Nascimento teve uma vida longa, faleceu em 24 de março de 2011, no Rio de Janeiro, aos 97 anos. Sua defesa pelos direitos de negras e negros lhe rendeu diversos prêmios e honrarias, incluindo uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, em 2010. Mesmo após a morte de Abdias, a luta dos movimentos negros continua, porque, apesar de algumas conquistas, o forte preconceito ainda existe no Brasil.

Lutas e conquistas

As lutas políticas de Abdias também tiveram influência na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por garantir vários direitos aos brasileiros, incluindo os indígenas e os negros. Um dos avanços foi definir que o Estado brasileiro tem múltiplas culturas e etnias, reconhecendo os vários grupos da sociedade, e obrigação de proteger suas manifestações. Além disso, o documento oficial prevê a existência da

discriminação e repudia o racismo, considerando a prática racista como crime. Outra conquista importante foi o reconhecimento da propriedade das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, locais de resistência e de liberdade, onde os antigos escravizados que fugiam dos seus donos se organizavam para lutar contra a escravidão.

Blackface

Blackface (ou rosto negro, em tradução para o português)

foi uma prática racista muito comum na época em que Abdias Nascimento viveu. Em vez de se contar com atores negros no palco, atores brancos tinham o rosto pintado de preto para representar personagens negros. O próprio Abdias foi vítima do racismo no teatro e proibido de interpretar o personagem principal da peça *O anjo negro*, criada especialmente para ele pelo escritor Nelson Rodrigues, em 1948. Em seu lugar, um ator branco pintado de preto interpretou o personagem.

Carolina Maria de Jesus: leitora, escritora e artista



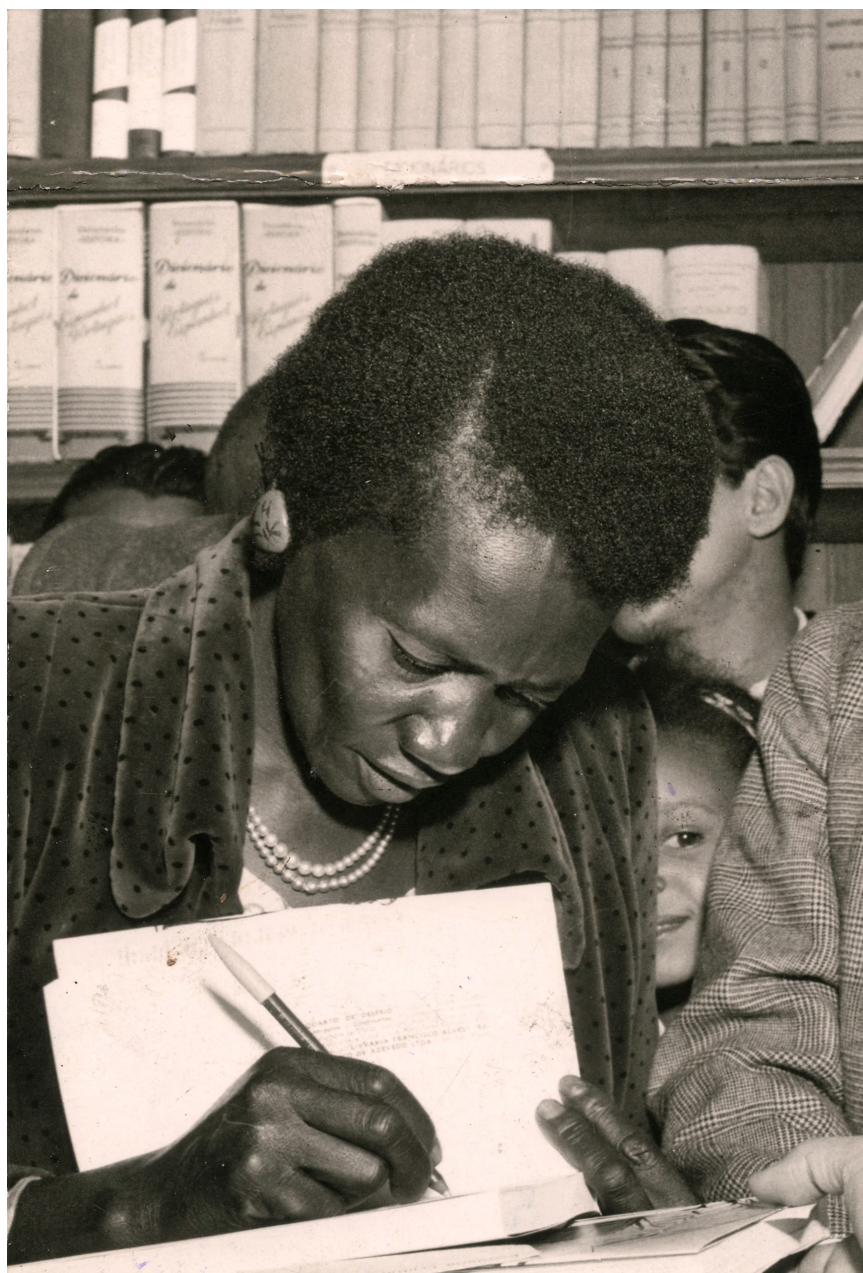
No dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais, nascia Carolina. A menina foi crescendo e aprendendo a trabalhar na roça com os pais. Não pôde frequentar por muito tempo a escola. Ainda assim, ela lia o que podia e aprendia muita coisa por conta própria. Seu sonho era ser artista!

Na década de 1930, Carolina deixou a sua cidade e foi para São Paulo, na esperança de realizar o seu sonho. Trabalhou muito para sobreviver. No ano de 1947, ela se instalou em uma grande favela da cidade de São Paulo, o Canindé. Nesta época, limpava casas de famílias ricas. Nas horas vagas, ela lia. Lia muito!

Mãe e escritora

Em São Paulo, no Canindé, Carolina teve três filhos: Vera, José e João. Ela cuidava dos três sozinha: alimentava, protegia e amava. Muitas mulheres no Brasil vivem do mesmo modo que Carolina. Mas esse modo de vida não era nada fácil para ela. Para cuidar dos três, Carolina virou catadora de papel nas ruas de São Paulo. Sua alma de artista achava tudo muito confuso. Como podia haver dois mundos na cidade grande, o dos ricos e o dos pobres? Entre restos de jornais, caixas de papelão, revistas e livros, Carolina encontrou cadernos velhos sem uso, e começou a escrever sobre o que via e sentia.

Certo dia, um jornalista foi fazer uma reportagem na comunidade em que Carolina vivia. Foi um encontro inesperado, em que, por acaso, ela disse a ele que tinha escrito um livro. Audálio Dantas, o jornalista, que também era sensível à pobreza do nosso país, quis saber o que aquela mulher tinha produzido. Ele



Carolina de Jesus autografando seu livro.

Foto Arquivo Nacional/Wikipédia

achou muito bom o que leu, e, em 1958, começou a publicar trechos na imprensa. Depois, reuniu os textos de Carolina e apresentou para editores de livros. Assim, em 1960, foi publicado o primeiro livro daquela mulher batalhadora, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Carolina se revelou uma grande escritora. A qualidade do

texto, seus relatos e sua posição forte e marcante fizeram do livro um sucesso instantâneo. Foram milhares de cópias vendidas da obra, que foi traduzida para, pelo menos, 13 idiomas diferentes. Carolina se tornou uma das escritoras brasileiras mais lidas no mundo. Conseguiu se mudar para uma casa melhor e continuou a cuidar de seus filhos sozinha.

Cantora e compositora

Carolina de Jesus também foi compositora e teve um disco gravado pela Gravadora RCA Victor, em 1961, cujo título é *Quarto de despejo*, em referência ao seu livro. A força da mulher, sua potência e liberdade são os temas das músicas, gravadas na voz da própria Carolina.

A menina que sonhava em ser artista revelava ao mundo a pobreza do Brasil, o absurdo que era o crescimento econômico para uns e a miséria para os outros. Carolina talvez não soubesse, mas ela não queria ser só escritora. Queria usar a sua criatividade para escrever prosas, provérbios e poesias que mostrassem para muitos aquilo que os seus olhos viam.



Foto Audálio Dantas/Divulgação

Anos dourados

A época em que Carolina de Jesus começou a escrever foi um período de grande entusiasmo para parte dos brasileiros. Vivia-se um momento de breve democracia, que durou de 1946 a 1964. A liberdade de imprensa se somava a um período de crescimento das cidades e da entrada de grandes empresas internacionais no país. O consumo das pessoas que tinham mais dinheiro aumentou muito. A seleção de futebol foi campeã da Copa do Mundo de 1958. O presidente da República, Juscelino Kubitschek, começou a construir uma nova capital



Divulgação

para o país, Brasília. Alguns chamam esse período de Anos Dourados, tamanha animação e expectativa vividas.

Obra completa

Em 1960, Carolina de Jesus conseguiu publicar seu primeiro livro, *Quarto de*

despejo: diário de uma favelada. Depois desse primeiro sucesso, ela ainda escreveu *Casa de alvenaria*, de 1961; *Provérbios e Pedacos de fome*, em 1963; e *Diário de Bitita*, que foi publicado depois de sua morte, em 13 de fevereiro de 1977.

Otelo: o grande ator



Sebastião Bernardes de Souza Prata foi o nome que ele escolheu para si, ao registrar a sua própria certidão de nascimento, em 1930. A data de nascimento também foi escolhida, 18 de outubro de 1915, alterando apenas o ano verdadeiro, 1917. Naquela época, as crianças que nasciam em famílias pobres raramente eram registradas em cartório, como é o caso desse menino que se registrou já bem crescido. Acontece que não foi como Sebastião que esse importante artista brasileiro se tornou conhecido, e sim como Grande Otelo.

O pequeno Sebastião nasceu na cidade mineira de Uberabinha, hoje Uberlândia. Tornou-se um grande nome, um verdadeiro fenômeno, reconhecido dentro e fora do Brasil, por sua atuação no teatro, na televisão e no cinema. Era um artista completo! Além de ator, foi destaque como cantor, compositor, poeta e sambista. Tanto sucesso e reconhecimento, no entanto, não apagaram sua história de vida, marcada por diversas perdas, pela pobreza, por casos de abandono, racismo e violência.

Infância de adoções

Sebastião ficou órfão de pai muito novinho, aos dois anos. Sua mãe era dependente de álcool, e não conseguia cuidar dele. Foi criado pelos avós num ambiente muito pobre. Mas as dificuldades não ofuscaram seu talento. Começou a atuar bem pequeno, com cerca de sete anos, em um circo que estava de passagem pela cidade. Em seguida, participou de um pequeno espetáculo montado pela Companhia de Comédia e Variedades Sarah Bernhardt, deixando impressionadas as



Grande Otelo em 1950.

Foto Wikipédia

suas responsáveis, Isabel e Abigail Parecis, que decidiram então adotar o menino oficialmente e levá-lo para São Paulo, após obterem o consentimento de sua mãe.

Assim, começou a carreira artística de Grande Otelo, e também a sua saga de adoções. Foram muitas, tanto por famílias comuns quanto por empresários de olho no seu talento. Em São Paulo, uma nova família adotiva o matriculou na escola e cuidou de sua formação artística.

Por volta dos oito anos de idade, ele já havia viajado para várias cidades com as companhias de teatro, e, apesar de muitas vezes ser alvo de preconceito por ser negro, sua participação era sempre muito elogiada. Com cerca de 11 anos, ele se transformou em

uma das principais atrações da Companhia Negra de Revistas, a primeira companhia de teatro formada apenas por artistas negros, que representava a cultura afro-brasileira e afro-americana. Mas a série de adoções que não davam certo, com frequência, interrompia a carreira do pequeno artista.

Depois de ser rejeitado por mais uma família, passou a morar na rua, a pedir comida e fazer pequenos trabalhos para sobreviver, até que foi recolhido e levado a um abrigo de menores. Ele se tornou muito querido pelos responsáveis do lugar, divertindo a todos com os seus números de canto, teatro e dança.

Foi adotado por mais uma família, passando a ter uma vida muito confortável e a

oportunidade de frequentar boas escolas. No entanto, sofreu com o racismo da alta sociedade paulistana, pelo fato de ser o único negro na escola, e viveu várias situações humilhantes.

Maior idade

Finalmente, com 18 anos, um jovem adulto, ele foi morar em uma modesta pensão em São Paulo, onde conheceu Abdias Nascimento. O jovem Abdias, nessa época, já participava da

Frente Negra Brasileira, uma das primeiras organizações do movimento negro no país. Mas, apesar da grande amizade que surgira desse encontro, Grande Otelo não tinha interesse em lutar como seu amigo para combater o racismo.

Em 1935, Grande Otelo foi morar no Rio de Janeiro e passou a integrar importantes companhias teatrais, com apresentações dentro e fora do país. Já conhecido como ator cômico e cantor, passou a

se dedicar também a compor músicas. Na década de 1950, começou a atuar na televisão, participando de programas humorísticos e de diversas novelas.

Casou-se quatro vezes e teve cinco filhos. Morreu de infarto em 26 de novembro de 1993, ao desembarcar em Paris, França, onde receberia uma homenagem. Depois de voos tão altos, ele repousaria para sempre em sua cidade natal, Uberlândia.

A origem do nome

Sebastião ganhou o nome artístico “Otelo” ao acompanhar sua irmã nas aulas de canto, na Companhia Lírica Nacional. O maestro, encantado com sua voz, disse que um dia ele cresceria e cantaria a famosa ópera de Giuseppe Verdi, chamada Otelo.

Pequeno só na altura

O Rio de Janeiro ainda era capital do Brasil quando Otelo passou a ser chamado de “Grande” por diretores e produtores de teatro e cinema. Pequeno no tamanho – tinha apenas 1,50 metro de altura –, mas gigante no talento, ele dividiu o palco com outros artistas ilustres, como Carmen Miranda e a famosa bailarina Josephine Baker. Além do teatro, destacou-se também no rádio e no cinema, e foi muitas vezes premiado, tornando-se, ao lado de Oscarito, a dupla mais famosa e bem-sucedida do cinema brasileiro.



Grande Otelo e Oscarito, em *A Dupla do Barulho*, filme de 1953.

Funarte/Reprodução

Hilária Batista: a tia do samba



Foto Wikipédia

Tia Ciata é o apelido carinhoso que Hilária Batista de Almeida recebeu quando foi morar no Rio de Janeiro. Ela nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em 1854. Nasceu mergulhada na cultura de seus ancestrais africanos e se tornou líder dentro da religião do candomblé: era uma mãe de santo. Com 22 anos de idade, a jovem Hilária mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Foi morar no centro

da cidade, onde conheceu João Batista da Silva, que também era baiano, com quem casou e teve 14 filhos.

No Rio de Janeiro, junto com outras “tias” de sua geração, teve grande importância. Dentro da tradição carioca, as baianas quituteiras, as “tias”, vendiam em seus tabuleiros cocadas, bolos, manjares, entre outras gostosuras, espalhando doçura e grandes ensinamentos de vida pelas ruas da cidade.

Tias batalhadoras

As “tias” eram, em sua maioria, mulheres negras mais velhas, consideradas sábias pelos ensinamentos que herdaram de seus antepassados africanos. Grandes lideranças na comunidade, elas eram, muitas vezes, chefes de famílias, responsáveis pela sua manutenção e pela preservação de suas tradições culturais. A visão de que antigamente as

mulheres não trabalhavam fora de casa não traduzia a realidade dessas mulheres pobres. Pelo contrário, eram principalmente as mulheres consideradas ricas que não saíam de casa.

Ao longo da História, as mulheres das classes mais pobres sempre trabalharam fora de casa, na maior parte das vezes, enfrentando péssimas condições de trabalho. No caso das “tias”, muitas vezes, eram elas que sustentavam a família. Tia Ciata, por exemplo, além de vender doces, alugava roupas de baianas para teatros e para o carnaval dos clubes. Era também conhecida pelos seus dotes de “curandeira”, procurada por muitas pessoas necessitadas. Dizem que curou até mesmo um presidente da República, Wenceslau Brás, que sofria com um eczema (um tipo de ferida avermelhada) na perna, o que lhe rendeu um emprego para o marido, João Batista, no gabinete do chefe de polícia da época.

Religião e cultura

No Rio, Tia Ciata manteve também suas práticas culturais e religiosas. Junto com outras “tias” baianas, como Bebiana, Carmen e Perciliana, representava o grupo mais tradicional do candomblé baiano. Realizava em sua casa cerimônias e festas religiosas, acompanhadas de muita comida, dança e música. Sua residência era um espaço muito importante de afirmação da cultura negra e africana. Nessa época, as manifestações das comunidades negras, como a religião e a música, eram criminalizadas pela justiça, perseguidas por autoridades policiais e políticas. Terreiros de candomblé eram invadidos e fechados, religiosos eram presos, e objetos sagrados eram destruídos. Mas o fato de o marido de Tia Ciata trabalhar na

polícia garantia a ela liberdade e segurança para realizar suas festas e rituais.

A casa de Tia Ciata, localizada na Praça Onze, no Centro do Rio, era um lugar onde se respirava cultura. Espaço de confraternização e de resistência da cultura negra, era um local de encontro dos que compartilhavam as raízes africanas e também dos que apreciavam a boa música e a boa comida, pois ela era uma cozinheira de mão cheia. Suas festas, que aconteciam no quintal da casa, reuniam jornalistas e intelectuais importantes da época, como João do Rio e Mário de Andrade, além de personagens fundamentais da música carioca, como os sambistas Donga, Pixinguinha e João da Baiana.

Berço do samba

Alguns autores afirmam que foi na casa de Tia Ciata que nasceu o primeiro samba gravado em disco, o sucesso “Pelo telefone”, composto, em 1916, por Donga e Mauro de Almeida. Tia Ciata teria rompido sua amizade com Donga justamente porque

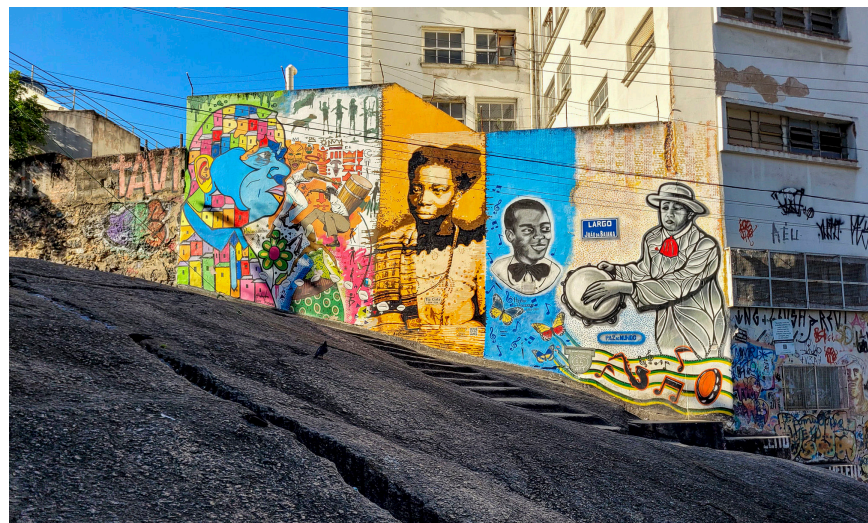


A casa de Tia Ciata, na antiga rua Visconde de Itaúna, 117, na Praça Onze.

Reprodução

defendia que a música teria sido resultado de uma criação coletiva, nascida no quintal da sua casa, e não uma criação de dois autores somente.

Tia Ciata faleceu no Rio de Janeiro, em 1924. Sua vida se mistura com a história da cidade e da cultura afro-brasileira. Hoje, a região da Pequena África, por onde ela passou e distribuiu sua sabedoria, é composta por diversos lugares de memória, onde é possível visitar a triste história da escravidão e também o enorme legado cultural e político deixado pelos negros no Brasil.



Na Pedra do Sal, homenagem à Tia Ciata.

Foto Prefeitura do Rio/Divulgação.



Cais do Valongo.

Foto Halley Pacheco de Oliveira/Wikipédia

Pequena África

Foi na região do centro do Rio de Janeiro, conhecida como Pequena África, que Tia Ciata se transformou em uma líder da comunidade negra da cidade, ajudando na organização do trabalho, na realização de festas e na educação das crianças. O nome Pequena África foi dado pelo sambista Heitor

dos Prazeres, no início do século 20, por ser um local historicamente habitado por africanos e seus descendentes, um espaço destinado ao reencontro com a identidade.

Cais do Valongo e Pedra do Sal

Faz parte da Pequena África o Cais do Valongo, um dos principais locais de

desembarque de africanos escravizados no Brasil, que, em 2017, ganhou o título de Patrimônio da Humanidade. A Pedra do Sal, uma rocha onde os escravizados descarregavam o sal trazido em navios, também pertence à Pequena África, e foi transformada em lugar de encontro de grandes sambistas e de manifestações religiosas.

João Cândido: o almirante



Foto Wikipédia

João Cândido Felisberto nasceu em 24 de junho de 1880, no atual município de Dom Feliciano, interior do Rio Grande do Sul, na fazenda de Vicente Simões Pereira. Era livre, porém seus pais eram escravizados. Na época, a Lei do Ventre Livre, de 1871, garantia a sua liberdade e de todos os filhos de escravizados que nascessem a partir daquela data. Mas, na prática, as crianças permaneciam junto aos pais, vivendo a mesma realidade da escravidão. A boa notícia é que, naquela época, a escravidão já estava em crise, marcada pela forte atuação do movimento

abolicionista (que defendia o seu fim) e, principalmente, pela intensa luta dos escravizados em busca da liberdade, com fugas em massa, revoltas e formação de quilombos. A infância de João Cândido seria profundamente marcada por esses acontecimentos.

Liberdade à vista!

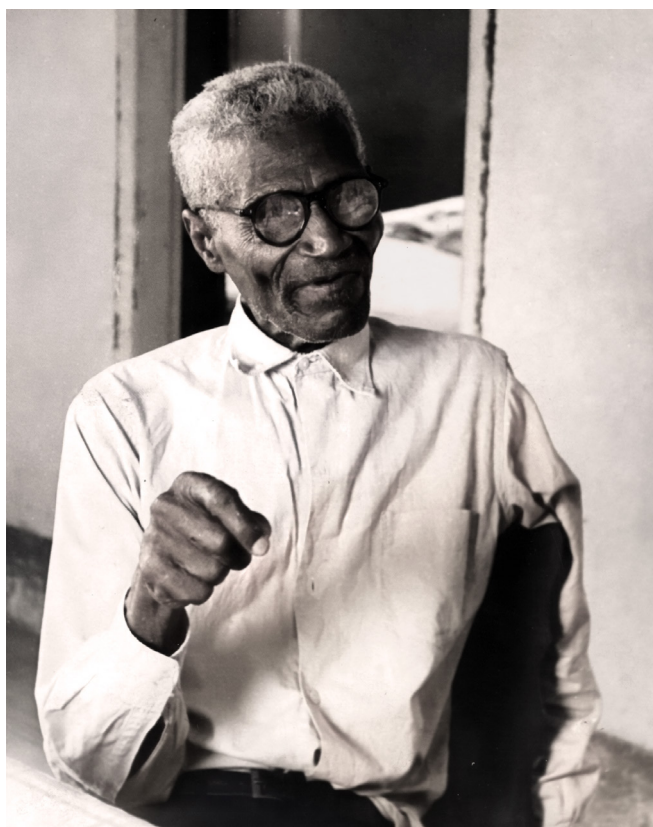
Em 1888, a abolição da escravatura finalmente aconteceu. Livres, João e seus pais saíram da fazenda e foram para a cidade, movimento realizado por grande parte dos ex-escravizados. Com apenas

13 anos, o menino lutou nas tropas governistas durante a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895, uma revolta que ocorreu no Sul do Brasil contra o governo do presidente da época, Floriano Peixoto. Mais tarde, ele trabalhou na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Porto Alegre e foi servir como marinheiro no Rio de Janeiro, então capital federal. O marujo João Cândido aprendeu a ler, escrever, fazer contas e usar diversas técnicas de navegação. Viajou pelas Américas, África e Europa. Foi promovido, mas também preso e castigado.



Jornal registra a saída de João Cândido da prisão, em 1912.

Foto Arquivo Nacional/Wikipédia



João Cândido, em 1963.

Foto Arquivo Nacional/Wikipédia

Na Marinha, João entrou em conflito com as desigualdades internas, como o uso de castigos severos contra os marinheiros – os negros eram os que mais sofriam. Como centenas de outros marinheiros, passou a questionar os maus-tratos recebidos, como a péssima alimentação, os baixos salários e o uso da chibata (um tipo de chicote) pelos seus superiores como objeto de violência física. Começaram então a organizar uma revolta, que ganhou força após um marinheiro ser punido com 250 chibatadas, aplicadas na frente de toda a tripulação.

Revolta da Chibata

Em 22 de novembro de 1910, o Rio de Janeiro foi palco da Revolta da Chibata, sendo João Cândido o seu principal líder. Cerca de 2.300 marinheiros, em

sua maioria negros, tomaram quatro navios de guerra. Eles exigiam o fim da chibata e a anistia (perdão oficial) dos revoltosos, ameaçando bombardear a cidade. Essas condições foram aparentemente aceitas pelo governo Hermes da Fonseca, pondo fim à revolta, com a devolução dos navios e das armas. No entanto, logo em seguida, o presidente assinou um decreto que possibilitava a expulsão dos revoltosos da Marinha. Isso deu início a uma dura repressão, marcada pela expulsão de grande parte dos envolvidos na revolta, por prisões, assassinatos e condenações a trabalhos forçados.

Apesar de sua luta fundamental por liberdade e igualdade, João passou a viver como grande parte da população pobre brasileira: sem

direitos trabalhistas, morando longe do seu local de trabalho, trabalhando muitas horas por dia e recebendo muito pouco por isso.

Vida longa e difícil

Após a morte de sua segunda esposa, João se mudou, em 1930, para o município de São João de Meriti, vivendo em uma casa precária, sem acesso à rede de esgoto, luz elétrica e saúde de qualidade.

Em 1959, o jornalista Edmar Morel, após vários encontros com João Cândido, publicou o livro *A revolta da chibata*. João Cândido, que participou com o autor de várias sessões de autógrafos e recebeu diversas homenagens ainda em vida, faleceu em 6 de dezembro de 1969, no Rio de Janeiro, aos 89 anos de idade.

Símbolo nacional

João Cândido é um símbolo da luta pelo fim das injustiças sociais e da violência do Estado com os mais pobres. Virou nome de rua, de escola, tema de canções, de livros, de artigos, ganhou estátua e foi reconhecido oficialmente como herói do Rio de Janeiro, em 2019, pela Assembleia Legislativa. Infelizmente, tantas homenagens não podem esconder a existência do racismo e das injustiças que ainda permanecem em nossa sociedade.

Almirante negro

João Cândido, o “almirante negro”, apelido que ganhou por causa de sua liderança na Marinha, também sentiu o peso da repressão militar por muitos anos. Foi preso, torturado, enviado para um hospício e expulso da Marinha. Ao sair da prisão, em 1912, mesmo sendo aplaudido por muitas pessoas e considerado um verdadeiro herói, especialmente pela população negra e pobre, continuou tendo uma vida muito difícil. Morou de favor, prestou serviços de estivador (trabalhava nos portos carregando muito peso) e foi demitido de vários empregos em razão da pressão dos oficiais da Marinha. Passou a sustentar a família vendendo peixe na Praça 15, no centro do Rio de Janeiro.



Monumento em homenagem a João Cândido, no Rio de Janeiro.

Foto Wikipédia

Luiz Gama: o advogado abolucionista



Foto Wikipédia

Luiz Gama foi poeta, advogado e jornalista no século 19. Nasceu livre, em 1830, em Salvador, filho de uma africana também livre e de um nobre de origem portuguesa. Mas, imagine que, aos dez anos de idade, o menino foi vendido como escravo pelo próprio pai para pagar dívidas, indo trabalhar como cativo em uma residência em São Paulo. Lá, aprendeu alguns ofícios e se alfabetizou. Mais velho, ele fugiu dos seus senhores e conseguiu provar que nasceu livre e que sua escravização foi

ilegal, através de meios que até hoje são desconhecidos pelos estudiosos.

Em 1848, quando já era livre, foi trabalhar como soldado na Força Pública de São Paulo, permanecendo por seis anos. Durante esse período, trabalhou também como amanuense (profissional que faz cópias de documentos, escrevendo a mão) no gabinete do delegado de polícia, onde foi oficialmente nomeado pela Secretaria de Polícia da cidade. Lá se tornou uma figura bem relacionada e influente.

Liberdade para todos

O menino que nasceu livre e depois foi escravizado se tornou um intelectual e uma das principais lideranças da campanha abolucionista no Brasil. Com alguma segurança financeira do emprego público, Luiz Gama pôde se dedicar à literatura. Em 1859, ele entrou para o mundo das letras ao publicar o livro de poemas *Trovas Burlescas de Getulino*, que criticava o comportamento da sociedade da época, além de condenar a escravidão. O livro foi

bem recebido por importantes escritores paulistas, e Luiz Gama tornou-se conhecido e admirado naquele meio. Após essa estreia, passou a escrever também para jornais, denunciando o desrespeito aos direitos humanos e as desigualdades. A partir daí, se envolveu diretamente na luta abolicionista.

Em 1868, participou da criação da loja maçônica América, uma organização composta por pessoas que buscavam contribuir com a instrução popular e ainda captar fundos para ajudar na libertação de escravizados, tanto por meio da compra de cartas de alforria quanto por vias judiciais. Luiz Gama criava discursos e escrevia artigos na imprensa contra a escravidão, além de defender gratuitamente na justiça os negros escravizados, tanto os que eram acusados de cometer crimes quanto os que estavam em busca da sua liberdade. Nunca chegou a frequentar uma faculdade de direito, aprendeu o ofício estudando sozinho, tendo conseguido do governo uma

espécie de licença para exercer a profissão, após a comprovação dos seus conhecimentos jurídicos.

Advogado em ação

Luiz Gama passou a se dedicar integralmente a defender os escravizados depois de se desentender com um juiz municipal e ser demitido do cargo que ocupava como amanuense, justamente pelo fato de o juiz ter se negado a receber uma solicitação para soltar um cativo. Ele anunciava seus serviços como advogado nos jornais de São Paulo, mas, ao se tornar muito reconhecido, passou a ser procurado por negros escravizados de outras cidades.

Com um estilo muito próprio e uma forma irreverente de argumentar a favor dos cativos, que atraía dezenas de pessoas aos tribunais, ele passou a ser temido e odiado por grandes fazendeiros e juizes conservadores, ganhando cada vez mais inimigos. Apesar disso, conseguiu garantir a liberdade a centenas de negros escravizados

no país. Em 1881, ainda fundou a Caixa Emancipadora Luiz Gama, com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de alforrias.

Patrono da abolição

Sobre sua vida pessoal, pouco se sabe. O que se tem de informação é que Luiz Gama foi casado com uma mulher chamada Claudina Fortunato Sampaio, com quem teve um filho, Benedito. Faleceu em 1882, aos 52 anos de idade, sem presenciar a abolição da escravidão no Brasil, o que aconteceu somente em 1888.

Em 2015, 133 anos após a sua morte, a Ordem dos Advogados do Brasil lhe concedeu finalmente o título de advogado. Em 2018, através de uma lei federal, Luiz Gama foi declarado patrono da abolição da escravidão no Brasil, e seu nome foi inscrito no “Livro dos Heróis da Pátria”. O reconhecimento veio tarde e parece pouco perto do que esse personagem fez para acabar com as injustiças da escravidão, você não acha?

Filho de peixe

Não existe muita documentação para confirmar, mas muitos autores afirmam que Luiz Gama era filho de Luiza Mahin, uma mulher negra africana, originária da Costa da Mina, que, mesmo após ter conquistado sua liberdade, lutava pela liberdade dos seus conterrâneos, participando e liderando importantes revoltas de escravizados na Bahia. Por ser uma mulher negra abolicionista, Luiza

precisou fugir de Salvador, muito provavelmente para o Rio de Janeiro, deixando Luiz Gama ainda menino sob os cuidados do pai. Ele nunca esqueceu a mãe, e procurou por ela a vida toda.

Luta pela liberdade

O movimento abolicionista, que lutava contra a escravidão, se intensificou na década de 1880, reunindo diferentes grupos e pessoas com diversas profissões. A principal ação era a campanha pública contra a escravidão,

com a realização de comícios, festivais, desfiles e publicação de artigos. Considerado um dos principais nomes do movimento contra a escravidão de São Paulo, Luiz Gama, junto com outros abolicionistas, viajava para vários estados do país. Associações e clubes se organizavam para arrecadar fundos e garantir a liberdade aos cativos. Além disso, apoiavam as ações de resistência dos escravizados, organizando rotas de fuga e disponibilizando abrigos.

Luiza Mahin: livre e solidária



Ilustração Nato Gomes

Luiza Mahin é considerada uma das mais importantes personalidades da luta contra a escravidão no Brasil. A primeira vez que mencionaram o seu nome foi em uma carta escrita por seu filho, Luiz Gama, a um amigo, em 1880, que descreveu a mãe como uma mulher livre, baixa, magra, natural da Costa da Mina, na África, que recusou o catolicismo, porque era fiel às suas crenças religiosas. Era

muçulmana, ou seja, praticante da religião islâmica.

Ela era a imagem de uma mulher forte, que lutava pelo que acreditava, suportava as derrotas e sabia cobrar dos adversários quando estava certa. Muito trabalhadora, Luiza era quitandeira, vendedora de legumes e verduras. No seu ofício, ela falava com todo mundo: com outras pessoas livres, libertas e escravizadas da

cidade de Salvador, na Bahia, onde residia.

As mulheres quitandeiras eram figuras importantíssimas da época da escravidão no Brasil. Além de garantirem o abastecimento de comida das cidades, vendendo os produtos para as pessoas, elas conheciam todo mundo, trocavam ideias, ajudavam os escravizados necessitados e auxiliavam nas fugas e rebeliões.

Revolta dos Malês

Nas três primeiras décadas do século 19, diversas revoltas dos escravizados e negros abolicionistas abalaram a elite baiana. A mais famosa delas foi a Revolta dos Malês, que explodiu em 24 de janeiro de 1835. Provavelmente, foi por essa época que Luiza Mahin se envolveu nessas revoltas.

Os revoltosos tinham como objetivo conquistar a liberdade e planejaram tudo nos mínimos detalhes. Porém, algumas pessoas que não concordavam com o fim da escravidão denunciaram o movimento, que foi duramente reprimido pela polícia, apesar da forte resistência. Muitos escravizados e libertos foram punidos, presos, enviados para outros países ou condenados à morte.

O nome de Luiza Mahin não consta em qualquer documento

da época entre os presos pela Revolta dos Malês. Certamente, ela não aparecia como uma de suas lideranças. Muitas pessoas, porém, acreditam que Luiza tenha participado dela. Luiz Gama afirma, na carta que escreveu sobre a mãe, que ela foi presa por ser suspeita de participar dos planos de revolta de escravizados.

Sabinada e outras revoltas

Salvador continuou, até o final da década de 1830, com muitos conflitos sociais. Entre 1837 e 1838, uma nova revolta ocorreu por lá, liderada por um médico, o doutor Francisco Sabino. Conhecido como Sabinada, o movimento não era abolicionista, porém previa que os escravizados que lutassem com eles seriam

libertos e seus proprietários, indenizados. Luiz Gama diz que, depois desta revolta, Luiza Mahin mudou-se para o Rio de Janeiro, nunca mais voltando para a Bahia.

Na realidade, Luiza e os companheiros sumiram. Uma hipótese é a de que foram mandados para fora do país, mas não se tem qualquer notícia de seu paradeiro. Em 1861, depois da sua última procura pela mãe, Luiz Gama dedicou a ela um poema, no qual dizia que, na África, ela era uma rainha, no Brasil, uma pobre escrava. Algumas pessoas, por isso, entenderam que ela fazia parte da nobreza africana. Não se sabe ao certo sobre sua realza, ou se foi uma forma poética de Luiz Gama homenagear sua mãe e denunciar a situação dela no Brasil, falando de liberdade na África e cativeiro no Brasil.

Procurando Luiza

Luiz Gama, abolicionista e grande advogado brasileiro, era filho de Luiza Mahin. Entre 1847 e 1861, ele foi vendido como escravo pelo próprio pai. Depois que cresceu, conquistou a sua liberdade e foi procurar a mãe no Rio de Janeiro. Na década de 1860, soube por alguns conhecidos que Luiza teria sido presa, em 1838, com alguns companheiros em uma “casa de dar fortuna”, como eram

conhecidas, de forma muito preconceituosa, as casas de candomblé, religião de matriz africana. Na época, era um crime não seguir o catolicismo, que era a religião oficial do Estado brasileiro.

Unidos pela liberdade

Malês era como se identificavam os africanos muçulmanos na Bahia. Grande parte das lideranças do movimento contra a escravidão era de malês,

escravizados e libertos adeptos da religião islâmica. No entanto, a Revolta dos Malês, organizada pelos escravizados, foi mais ampla, envolvendo também adeptos do candomblé e de diversas etnias e nações africanas, entre escravizados e libertos. Isso porque a experiência de vida de todos era muito parecida: racismo, dificuldades financeiras no trabalho de rua em Salvador, péssimas experiências do cativeiro, castigos etc.

Tereza: a rainha do Quariterê!



Ilustração André Mello

Quando você escuta a palavra “rainha”, que imagem vem à sua cabeça? Provavelmente, a de mulheres brancas, vivendo em seus palácios na Europa, usando coroas e trajes luxuosos, certo? Isso não é surpresa! Afinal, é assim que as rainhas foram e ainda são representadas nos filmes, livros e novelas. Mas existiram muitos outros tipos de rainhas, entre diversos povos

e lugares, com modos de vida completamente diferentes. Suas trajetórias foram, por muito tempo, apagadas da história Ocidental. A majestade dessas “outras rainhas” não veio por conta de terem nascido em “berço de ouro”, como é conhecida a condição de quem já nasce na realeza, ou por consequência de um casamento. Essas “outras rainhas” foram

coroadas por sua liderança, força e luta!

Esse é o caso de Tereza de Benguela, a Rainha Tereza, que viveu no Brasil no século 18. A data e o local de seu nascimento ainda são desconhecidos, mas alguns estudiosos afirmam que ela teria nascido em Benguela, cidade de Angola, na África. Outros defendem que ela já nasceu no Brasil.

Vida no quilombo

A vida de Tereza de Benguela está diretamente ligada à história do Brasil. Ela liderou, por cerca de duas décadas, o Quilombo do Quariterê, também conhecido como Quilombo do Piolho, um símbolo da resistência à escravidão no período colonial.

Essa comunidade quilombola se formou por volta de 1740, em uma região de difícil acesso, na fronteira entre o atual estado do Mato Grosso e a Bolívia. Chegou a ter cerca de 200 moradores, entre pessoas negras, como Tereza, e indígenas. Todos fugiam da escravidão e lutavam pela liberdade.

A presença no quilombo tanto de pessoas negras quanto de indígenas causava verdadeiro pavor entre as autoridades locais. Mas para eles, os quilombolas, essa parceria proporcionava um conhecimento maior sobre as matas, sobre as estratégias de guerra e sobre o uso de plantas nativas, utilizadas tanto como remédio quanto como veneno, dando-lhes um poder maior de sobrevivência e resistência.

O quilombo se mantinha com plantações de mandioca,

feijão, fumo, milho, batata, frutas e algodão, complementada com a pesca e a caça. Além de cultivar a terra, quilombolas e indígenas confeccionavam tecidos e objetos de ferro.

Todos esses produtos eram utilizados também como moeda de troca nas localidades vizinhas, onde os moradores do quilombo conseguiam adquirir armas e munição para a sua defesa, além de artigos que não eram produzidos por eles, demonstrando que a comunidade não estava isolada, mas se integrava, de alguma forma, à economia local.

Líder até o fim

Tereza de Benguela tornou-se uma líder muito respeitada e admirada. Navegava pelos rios do Pantanal, comandava expedições comerciais em vilas vizinhas e emboscadas contra os brancos para a obtenção de armas. Era chamada pelos seus de “Rainha Tereza”. Além de ter desenvolvido objetos de defesa para o quilombo, ela criou um sistema de administração bastante democrático, em que representantes eram escolhidos entre os quilombolas para

decidirem as ações e o futuro da comunidade junto com ela. Era uma espécie de parlamento, como indicam os documentos daquela época.

Tereza comandou a resistência do quilombo até 1770, quando ele então foi alvo de uma expedição organizada pelo governador da capitania de Mato Grosso. Como a região se destacava pela exploração de pedras e metais preciosos, tendo uma importância econômica muito grande, o governo tentou recuperar o controle total do território, incluindo o das pessoas que ali viviam. Muitos quilombolas conseguiram fugir, mas Tereza, ao liderar a resistência, acabou sendo presa. A partir daí, a sua morte ainda é discutida entre os historiadores. Alguns defendem que, após ser presa, ela tirou a própria vida, por não aceitar a derrota. Outros afirmam que ela foi assassinada.

Essa falta de informações sobre a vida da Rainha do Quariterê, o silêncio e a falta de documentação histórica da atuação de mulheres negras no Brasil colonial contribuem para que as pessoas não tenham memória, ou seja, não saibam da história das mulheres negras.

Homenagens atuais

Apesar de séculos de esquecimento, recentemente, a biografia de Tereza de Benguela vem sendo resgatada e celebrada pelo movimento das mulheres negras, como um símbolo de resistência contra as opressões. Em 2014, o dia 25 de julho foi instituído

no país como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, mesma data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. Além disso, Tereza já foi homenageada em enredos de Escolas de Samba e foi lembrada em alguns livros recentemente publicados.

Sucessora na liderança

O Quilombo do Quariterê, o maior da região do Brasil central, foi chefiado inicialmente por José Piolho, homem negro que se tornou o companheiro de Tereza de Benguela. Ela só passou a liderar o quilombo por volta de 1750, após a morte de Piolho.

Esta edição tem textos de Pedro Krause e Robertha Triches, Departamento de História, Colégio Pedro II. A curadoria científica é de Monica Lima, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.



As edições especiais da Ciência Hoje das Crianças (CHC) são publicações do Instituto Ciência Hoje.

Coordenação editorial:
Bianca Encarnação.

Editores de texto:
Bianca Encarnação, Cathia Abreu, Elisa Martins e Thaís Fernandes.

Direção de arte:
Walter Vasconcelos.

Programação visual e diagramação:
Fernando Vasconcelos e Luiza Merege.

Ilustrações: André Mello, Nato Gomes e Walter Vasconcelos.

Contato:

redacao.chc@cienciahoje.org.br

chc
Ciência Hoje das Crianças

ICH INSTITUTO
CIENCIA
HOJE